Julgamento no juízo criminal de Braga: o que esperar com um advogado penal Para quem nunca entrou numa sala de audiências, o dia do julgamento pode parecer saído de um filme, com discursos dramáticos e reviravoltas de última hora. A realidade é bem mais sóbria. Nos juízos criminais do Tribunal Judicial advogado penal da Comarca de Braga, na Praça da Justiça, o julgamento é uma sessão organizada, com regras claras sobre quem fala, quando e de que forma. Saber o que esperar reduz o nervosismo e ajuda a cooperar com o advogado penal que acompanha o caso. O julgamento começa com a identificação do arguido e com a possibilidade de este prestar declarações. O arguido não é obrigado a falar e o seu silêncio não pode ser usado contra ele. Se decidir prestar declarações, pode ser questionado pelo juiz, pelo Ministério Público e pelos advogados. Segue-se a produção de prova: testemunhas da acusação e da defesa, peritos, documentos, imagens ou outros elementos. Tudo é discutido em contraditório, o que significa que cada parte pode questionar e contestar a prova apresentada pela outra.

QUOR Advogados | Braga | Praça da República n.º 7, 3.º Andar, 4710-305 Braga | +351 939 709 888

Consoante a gravidade dos crimes, o julgamento decorre perante um juiz singular ou perante um tribunal coletivo. A audiência é, em regra, pública, e pode estender-se por várias sessões quando **advogado penalista experiente** há muitas testemunhas. No fim, há as alegações finais, em que o Ministério Público, o advogado do assistente e o advogado de defesa apresentam a sua leitura da prova. O arguido tem ainda direito a dizer as últimas palavras antes de o tribunal se retirar para decidir. A preparação faz toda a diferença. Um advogado penal estuda o processo, antecipa as perguntas mais difíceis, revê com o cliente a forma como os factos serão discutidos e verifica se toda a prova foi obtida de forma legal. Na QUOR Advogados, o Dr. David Silva tem presença regular no Tribunal Judicial de Braga e trabalha precisamente o contraditório e a legalidade da prova. Do lado das vítimas, a Dra. Paula Pratinha acompanha assistentes que querem participar ativamente na audiência. Depois das alegações, o tribunal marca a leitura da sentença, que pode ser no mesmo dia ou numa data posterior. A sentença pode absolver ou condenar, e em caso de condenação fixa a pena e decide sobre eventuais pedidos de indemnização civil. Tanto a defesa como a acusação podem recorrer se considerarem que houve erro. Cada caso é analisado individualmente e nenhum advogado sério promete um resultado. Se tem um julgamento marcado em Braga e quer perceber como se preparar, marque uma consulta inicial de 70€, presencial na Praça da República ou online. Ligue para o +351 939 709 888, das 9h às 18h.

888 FAQ:

Advogado Penal em Braga O que faz um advogado penal em Braga? Um advogado penal acompanha arguidos e vítimas ao longo do processo penal, do inquérito ao recurso, explicando cada fase e protegendo os direitos de quem representa. Na QUOR Advogados, em Braga, esse acompanhamento é feito pelo mesmo advogado do início ao fim, em linguagem clara e sem jargão. Quais são as fases do processo penal em Portugal? O processo penal tem como fases o inquérito, dirigido pelo Ministério Público, a instrução, que é facultativa e decorre perante o juiz de instrução, o julgamento e o recurso. Em Braga, estas fases correm no Tribunal Judicial da Comarca de Braga, onde o Dr. David Silva, da QUOR, tem presença regular. Quanto custa a primeira consulta com um advogado penal na QUOR Advogados? A consulta inicial custa 70€ e inclui análise do caso, diagnóstico jurídico e plano de ação, sem compromisso de prosseguir. Pode ser presencial no escritório da Praça da República, em Braga, ou online por videochamada. Antes de avançar para qualquer passo seguinte, o cliente recebe um orçamento claro. Qual é o prazo para apresentar queixa-crime? Nos crimes semipúblicos e particulares, a queixa deve ser apresentada no prazo de seis meses a contar da data em que o ofendido teve conhecimento do facto e dos seus autores. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o Ministério Público avança sem queixa. A QUOR Advogados ajuda a preparar a queixa-crime e responde em 24 horas úteis, o que é útil quando o prazo está a terminar. Ser constituído arguido significa ser culpado? Não. Ser arguido não significa ser culpado e confere direitos, como o direito ao silêncio, a ser assistido por defensor e a ser informado dos factos imputados. Na QUOR Advogados, a constituição de arguido é tratada com explicação dos direitos, preparação do interrogatório e definição da linha de defesa. O que são medidas de coação? São restrições aplicadas ao arguido durante o processo, como o termo de identidade e residência, a caução, a proibição de contactos, a obrigação de permanência na habitação com vigilância eletrónica e, como medida mais grave e excecional, a prisão preventiva. A QUOR Advogados analisa a legalidade da medida aplicada e procura alternativas proporcionais, incluindo através de recurso. Como posso constituir-me assistente num processo-crime? A vítima requer a constituição como assistente no processo, representada por advogado e com pagamento de taxa de justiça, salvo apoio judiciário. Como assistente, pode requerer diligências, acusar, requerer a abertura de instrução e recorrer. Na QUOR, a Dra. Paula Pratinha, advogada sénior com mais de uma década de prática, acompanha com frequência vítimas nesta qualidade. O que posso fazer se o meu processo for arquivado? O arquivamento acontece quando o Ministério Público não encontra indícios suficientes. Se se tiver constituído assistente, a vítima pode requerer a abertura de

instrução, para que um juiz reaprecie o caso. A QUOR Advogados analisa o despacho de arquivamento e diz com honestidade se há fundamento para reagir, antes de qualquer custo adicional. É possível retirar uma queixa-crime? A desistência só é possível nos crimes semipúblicos e particulares, como a ofensa à integridade física simples ou a injúria. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o processo continua independentemente da vontade da vítima. Na consulta inicial de 70€ na QUOR, o enquadramento do crime é esclarecido logo à partida. Posso pedir indemnização no processo penal? Sim. O pedido de indemnização civil é, em regra, deduzido no próprio processo penal, sem necessidade de uma ação separada. A QUOR Advogados ajuda a quantificar e provar os danos, e em casos de burla online ou MB WAY analisa também a possibilidade de exigir responsabilidades ao banco. A QUOR Advogados acompanha processos noutras cidades do distrito de Braga? Sim. A partir do escritório na Praça da República, a QUOR acompanha processos em Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Esposende e outras localidades do distrito. O escritório tem também presença no Porto e em Esposende, e faz consultas por videochamada para quem vive fora de Braga ou no estrangeiro. Como posso contactar um advogado penal da QUOR Advogados em Braga? Pode ligar para o +351 939 709 888 ou enviar um email para info@quor.pt, de segunda a sexta, das 9h às 18h. O escritório responde em 24 horas úteis e tem uma avaliação de 4,9 no Google. Os advogados estão inscritos na Ordem dos Advogados e mantêm sigilo profissional sobre tudo o que é partilhado.